

PROVA
X

**ATENÇÃO, VERIFIQUE
SE A LETRA DESTE
CADERNO DE QUESTÕES
CONFERE COM A DO SEU
CARTÃO DE RESPOSTAS**

**DATA: 22/11/2009
DOMINGO - MANHÃ**

EMPREGO: Técnico de Fomento
ÁREA DE ESPECIALIDADE: T15 - Jurídica

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

“Os problemas da vitória são mais agradáveis do que os da derrota, mas não são menos difíceis.” Sir Winston Churchill

A T E N Ç Ã O

O **Caderno de Questões** contém 60 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E).

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento, emprego e área de especialidade. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A prova objetiva terá duração de 4 horas incluído neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando 60 minutos para o término do horário da prova, conforme Edital do Concurso Público.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.funcab.org, no dia 24/11/2009, conforme estabelecido no Cronograma Previsto.

BOA PROVA

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Crimes na Floresta

(...) Para comemorar os seus 12 anos, a menina Hakani pediu a sua mãe adotiva, Márcia Suzuki, que decorasse a mesa do bolo com figuras do desenho animado *Happy Feet*. O presente de que ela mais gostou foi um boneco de Mano, protagonista do filme. Mano é um pinguim que não sabe cantar, ao contrário de seus companheiros. Em vez de cantar, dança. Por isso, é rejeitado por seus pais. A história de Hakani também traz as marcas de uma rejeição. Nascida em 1995, na tribo dos índios suruuarrás, que vivem semi-isolados no sul do Amazonas, Hakani foi condenada à morte quando completou 2 anos, porque não se desenvolvia no mesmo ritmo das outras crianças. Escalados para ser os carrascos, seus pais prepararam o timbó, um veneno obtido a partir da maceração de um cipó. Mas, em vez de cumprirem a sentença, ingeriram eles mesmos a substância.

O duplo suicídio enfureceu a tribo, que pressionou o irmão mais velho de Hakani, Aruaji, então com 15 anos, a cumprir a tarefa. Ele atacou-a com um porrete. Quando a estava enterrando, ouviu-a chorar. Aruaji abriu a cova e retirou a irmã. Ao ver a cena, Kimaru, um dos avôs, pegou seu arco e flechou a menina entre o ombro e o peito. Tomado de remorso, o velho suruuarrás também se suicidou com timbó. A flechada, no entanto, não foi suficiente para matar a menina. Seus ferimentos foram tratados às escondidas pelo casal de missionários protestantes Márcia e Edson Suzuki, que tentavam evangelizar os suruuarrás. Eles apelaram à tribo para que deixasse Hakani viver. A menina, então, passou a dormir ao relento e comer as sobras que encontrava no chão. “Era tratada como um bicho”, diz Márcia. Muito fraca, ela já contava 5 anos quando a tribo autorizou os missionários a levá-la para o Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, em São Paulo. Com menos de 7 quilos e 69 centímetros, Hakani tinha a compleição de um bebê de 7 meses. Os médicos descobriram que o atraso no seu desenvolvimento se devia ao hipotireoidismo, um distúrbio contornável por meio de remédios.

Márcia e Edson Suzuki conseguiram adotar a indiazinha. Graças a seu empenho, o hipotireoidismo foi controlado, mas os maus-tratos e a desnutrição deixaram sequelas. Aos 12 anos, Hakani mede 1,20 metro, altura equivalente à de uma criança de 7 anos. Como os suruuarrás a ignoravam, só viria a aprender a falar na convivência com os brancos. Ela pronunciou as primeiras palavras aos 8 anos. Hoje, tem problemas de dicção, que tenta superar com a ajuda de uma fonoaudióloga. Um psicólogo recomendou que ela não fosse matriculada na escola enquanto não estivesse emocionalmente apta a enfrentar outras crianças. Hakani foi alfabetizada em casa pela mãe adotiva. Neste ano, o psicólogo autorizou seu ingresso na 2ª série do ensino fundamental.

A história da adoção é um capítulo à parte. (...) O processo ficou cinco anos emperrado na Justiça do Amazonas, porque o antropólogo Marcos Farias de Almeida, do Ministério Público, deu um parecer negativo à adoção. No seu laudo, o antropólogo acusou os missionários de ameaçar a cultura suruuarrá ao impedir o assassinato de Hakani. Disse que semelhante barbaridade era uma prática cultural repleta de significados.

(...)

Entre os índios brasileiros, o infanticídio foi sendo abolido à medida que se aculturavam. Mas resiste, principalmente, em tribos remotas – e com o apoio de antropólogos e a tolerância da Funai. É praticado por, no mínimo, treze etnias nacionais.

(...)

Há três meses, o deputado Henrique Afonso apresentou um projeto de lei que prevê pena de um ano e seis meses para o “homem branco” que não intervier para salvar as crianças indígenas condenadas à morte. O projeto classifica a tolerância ao infanticídio como omissão de socorro e afirma que o argumento de “relativismo cultural” fere o direito à vida, garantido pela Constituição.

Leonardo Coutinho, in VEJA, 15 de agosto de 2007.

1. Assinale a opção que apresenta respectivamente os significados que as palavras grifadas adquirem nos trechos abaixo.

“...Hakani tinha a compleição de um bebê de 7 meses.”

“A menina, então, passou a dormir ao relento...”

“...o infanticídio foi sendo abolido à medida que se aculturavam.”

- A) aparência - desabrigada - tornavam-se mais cultos.
- B) propensão - orvalho - despojavam-se de sua própria cultura.
- C) feição - sozinha - assimilavam a própria cultura.
- D) constituição - sereno - eram influenciados por uma outra cultura.
- E) estrutura - só - sua cultura tornava-se mais arraigada.

2. Segundo o texto, qual a relação entre a menina Hakani e o personagem Mano do filme *Happy Feet*?

- A) Tanto um quanto outro rejeitavam os relacionamentos familiares.
- B) Os dois receberam maus-tratos durante a infância.
- C) Ambos foram rejeitados pelas comunidades em que viviam.
- D) Foram condenados à morte ao completarem dois anos de idade.
- E) Não tiveram oportunidade de reconstruir os laços familiares.

3. Marque o trecho que mostra que, mesmo entre os índios, o infanticídio NÃO parece ser uma prática tão natural.

- A) “Nascida em 1995, na tribo dos índios suruuarrás, que vivem semi-isolados no sul do Amazonas, Hakani foi condenada à morte quando completou 2 anos, porque não se desenvolvia no mesmo ritmo das outras crianças.”
- B) “O duplo suicídio enfureceu a tribo, que pressionou o irmão mais velho de Hakani, Aruaji, então com 15 anos, a cumprir a tarefa. Ele atacou-a com um porrete.”
- C) “Escalados para ser os carrascos, seus pais prepararam o timbó, um veneno obtido a partir da maceração de um cipó.”
- D) “Ao ver a cena, Kimaru, um dos avôs, pegou seu arco e flechou a menina entre o ombro e o peito.”
- E) “Mas, em vez de cumprirem a sentença, ingeriram eles mesmos a substância.”

4. Qual das opções abaixo apresenta uma das sequelas dos maus-tratos sofridos por Hakani?

- A) "Ela pronunciou as primeiras palavras aos 8 anos."
- B) "...porque não se desenvolvia no mesmo ritmo das outras crianças."
- C) "O duplo suicídio enfureceu a tribo..."
- D) "Por isso, é rejeitado por seus pais."
- E) "Era tratada como um bicho."

5. Assinale a opção que apresenta a oração desenvolvida que corresponde à reduzida grifada em:

"Ao ver a cena, Kimaru, um dos avôs, pegou seu arco e flechou a menina..."

- A) Se viu a cena, Kimaru, um dos avôs, pegou seu arco e flechou a menina...
- B) Quando viu a cena, Kimaru, um dos avôs, pegou seu arco e flechou a menina...
- C) À medida em que viu a cena, Kimaru, um dos avôs, pegou seu arco e flechou a menina...
- D) Como viu a cena, Kimaru, um dos avôs, pegou seu arco e flechou a menina...
- E) Embora visse a cena, Kimaru, um dos avôs, pegou seu arco e flechou a menina...

6. Assinale a opção em que o uso do acento indicativo de crase é facultativo.

- A) "...a menina Hakani pediu a sua mãe adotiva ..."
- B) "...que decorasse a mesa do bolo..."
- C) "...Hakani foi condenada à morte..."
- D) "...pressionou...Aruaji...a cumprir a tarefa."
- E) "...deu um parecer negativo à adoção."

7. Assinale a opção em que o termo grifado completa o verbo através de uma preposição.

- A) "...ingeriram eles mesmos a substância."
- B) "O duplo suicídio enfureceu a tribo..."
- C) "Ele atacou-a com um porrete."
- D) "...que tentavam evangelizar os suruarrás."
- E) "Eles apelaram à tribo para que deixasse Hakani viver."

8. Marque a conjunção que substitui a palavra grifada, sem alteração de sentido.

"A flechada, no entanto, não foi suficiente para matar a menina."

- A) portanto.
- B) todavia.
- C) pois.
- D) porquanto.
- E) que.

9. Assinale a opção em que, segundo a norma culta da língua, houve ERRO em relação à concordância verbal.

- A) A tribo era daquelas que admitiam o infanticídio.
- B) Mais de uma pessoa tentou assassinar a indiazinha.
- C) Nem um nem outro conseguiram acabar com a vida da criança.
- D) Começou, então, as desavenças entre o antropólogo e a tribo.
- E) A tribo dos índios suruarrás agia segundo suas crenças.

10. Assinale a opção que completa, correta e respectivamente, os espaços das frases abaixo.

Esse era um problema ____ a família precisava lidar.

Esse era o problema ____ eles aludiam.

Essa era a atenção ____ ela necessitava.

- A) em que - de que - que.
- B) que - de que - por que.
- C) com o qual - a que - de que.
- D) com o qual - à que - que.
- E) que - à que - que.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

11. Determine os juros obtidos em um investimento de R\$ 100.000,00, aplicados durante 270 dias, à taxa de 8% ao ano, no regime de juros simples. Utilize como referência o ano comercial.

- A) R\$ 3.000,00
- B) R\$ 4.000,00
- C) R\$ 5.000,00
- D) R\$ 6.000,00
- E) R\$ 7.000,00

12. Determine o valor da amortização na prestação 3 de um financiamento de R\$ 1.000,00, com prazo de 5 meses, uma taxa de juros de 12% ao mês, e prestações de R\$ 277,41 utilizando o sistema de amortização francês (Price).

- A) R\$ 197,45
- B) R\$ 221,15
- C) R\$ 157,41
- D) R\$ 277,41
- E) R\$ 247,69

13. Determine o valor da prestação 3 de um financiamento de R\$ 1.000,00, com prazo de 5 meses, e uma taxa de juros de 12% ao mês, utilizando o sistema de amortização constante (SAC).

- A) R\$ 150,00
- B) R\$ 220,00
- C) R\$ 232,00
- D) R\$ 242,00
- E) R\$ 272,00

14. Em um financiamento de R\$ 1.000,00, se for utilizado o sistema de amortização francês (Price), o valor da prestação 2 é R\$ 277,41, porém, se for utilizado o sistema de amortização constante (SAC), o valor da prestação 2 é R\$ 296,00. Determine o valor da prestação 2, deste mesmo financiamento, se for utilizado o sistema de amortização mista (SAM).

- A) R\$ 280,70
- B) R\$ 290,70
- C) R\$ 286,70
- D) R\$ 298,70
- E) R\$ 262,70

15. João foi ao banco descontar uma nota promissória com valor nominal de R\$ 48.000,00, com vencimento em 10 meses. Determine o desconto que João receberá, uma vez que o banco cobra uma taxa de desconto racional simples de 2% ao mês.

- A) R\$ 9.600,00
- B) R\$ 8.000,00
- C) R\$ 7.200,00
- D) R\$ 6.400,00
- E) R\$ 5.800,00

16. Ao descontar uma nota promissória de R\$ 10.000,00, com vencimento em 2 meses, Maria, obteve um desconto de R\$ 199,00. Determine a taxa mensal de desconto comercial composto aplicada pelo banco nesta operação.

- A) 0,5%
- B) 1%
- C) 0,01%
- D) 1,5%
- E) 2%

17. Determine o valor do montante de um investimento de R\$ 5.000,00, aplicado durante 15 dias, com taxa de juros de 5% ao mês, no regime de juros simples. Considere que um mês possui 30 dias.

- A) R\$ 5.125,00
- B) R\$ 5.250,00
- C) R\$ 5.500,00
- D) R\$ 5.750,00
- E) R\$ 5.825,00

18. Determine o montante obtido na aplicação de um capital de R\$ 8.000,00, com uma taxa de 12,8% ao ano, durante 720 dias. Utilize para os cálculos o ano comercial.

- A) R\$ 10.200,01
- B) R\$ 10.123,04
- C) R\$ 10.179,07
- D) R\$ 10.455,55
- E) R\$ 10.287,00

19. Determine a taxa efetiva mensal equivalente à taxa de 12% ao trimestre, capitalizados mensalmente.

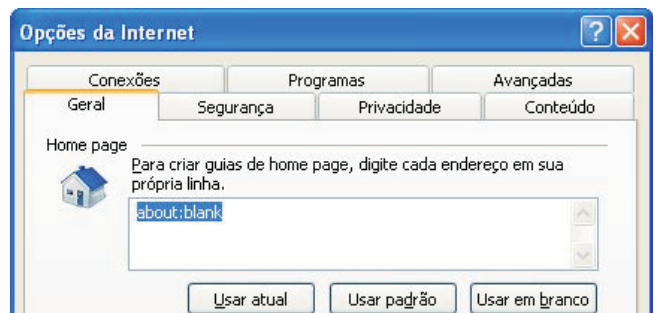
- A) 2%
- B) 6%
- C) 4%
- D) 3%
- E) 8%

20. Determine o valor a ser pago por João ao descontar antecipadamente um cheque pré-datado de R\$ 5.000,00, 4 meses antes do vencimento, visto que a taxa de desconto comercial simples obtida foi de 3% ao mês.

- A) R\$ 4.200,00
- B) R\$ 4.600,00
- C) R\$ 4.150,00
- D) R\$ 4.775,00
- E) R\$ 4.400,00

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

21. A figura a seguir apresenta a caixa de diálogo **Opções de Internet**, pertencente ao Windows Internet Explorer.



A partir de qual aba desta caixa de diálogo é possível ativar ou desativar o recurso de preenchimento automático de nomes de usuários e senhas em formulários?

- A) Conexões.
- B) Avançadas.
- C) Segurança.
- D) Privacidade.
- E) Conteúdo.

22. Qual componente do **Painel de controle** do Windows XP permite alterar o formato de horário e de data?

- A) Opções de Internet.
- B) Opções regionais e de idioma.
- C) Sistema.
- D) Data e hora.
- E) Ferramentas administrativas.

23. Ao se pressionar a combinação de teclas **Ctrl+J**, qual função do Word 2003 será executada?

- A) O arquivo aberto será salvo.
- B) O parágrafo corrente será justificado.
- C) O editor de equações será ativado.
- D) O verificador de ortografia e gramática será ativado.
- E) A visualização da impressão será ativada.

24. Qual é a orientação de página padrão (default) usada pela função **Configurar página** do Word 2003?

- A) Paisagem.
- B) A4.
- C) Carta.
- D) Retrato.
- E) B5 (ISO).

25. A função COVAR pertence a qual categoria de funções do Excel 2003?

- A) Estatística.
- B) Banco de dados.
- C) Fórmulas.
- D) Lógica.
- E) Financeira.

ATUALIDADES

26. “Desenvolvimento Sustentável é o que busca compatibilizar o atendimento das necessidades sociais e econômicas do ser humano com as necessidades de preservação do ambiente e dos recursos naturais, de modo que assegure a sustentabilidade da vida na Terra (...)” (Dias, Genebaldo Freire. *Iniciação à Temática Ambiental*, São Paulo: Gaia, 2002, p.64)

Este conceito enfatiza que para alcançarmos tal tipo de desenvolvimento, é necessário, principalmente:

- A) o equilíbrio entre o uso dos atuais padrões de produção e consumo com o crescimento populacional, no sentido de preservar o meio ambiente tanto para as gerações futuras como as atuais.
- B) a retomada do crescimento econômico, com o fim da crise econômico-financeira mundial, em detrimento de um nível populacional sustentável.
- C) a limitação obrigatória do crescimento populacional nos países pobres, a garantia da alimentação a curto prazo e a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas.
- D) o atendimento às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento em detrimento do meio ambiente.
- E) o aumento do crescimento populacional, que ocorre predominantemente nos países ricos, o atendimento às necessidades básicas e o interesse individual.

27. Deu no Globo, 21/10/2000:

Acordo climático

NYT: Copenhague rumo ao fracasso

“Reportagem de John Broder, do New York Times, republicada pelo GLOBO (página 32) nesta quarta-feira, mostra que pode não haver mais tempo suficiente para um acordo climático em Copenhague, em dezembro. Os países tendem a anunciar uma série de medidas interinas e dar prosseguimento à discussão no próximo ano. A reportagem lembra declarações do diplomata holandês que chefiava as negociações sobre clima nas Nações Unidas, Yvo De Boer, que alerta dos riscos de um fracasso no acordo: 'Não há tempo suficiente para fazer tudo'.”

Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2009/10/21/nyt-copenhague-rumo-ao-fracasso-234156.asp>
Acesso em: 21/10/2009

Analisando a hipótese levantada, caso confirmada, haverá um retrocesso nas negociações internacionais para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa. No entanto, já existe um instrumento internacional, ratificado em 15 de março de 1998 e até hoje em vigor.

Baseado em seus conhecimentos e no texto, a opção que identifica tal instrumento é o:

- A) Acordo da Dinamarca que já proíbe a emissão de gases acumulada nos EUA que, embora aceita anteriormente por Bush, está rejeitada por Barack Obama.
- B) Acordo do Japão, celebrado na capital Tóquio, e que todas as nações do mundo respeitam, evitando suplantar as metas estabelecidas para emissão de gases poluentes para 2012.
- C) Protocolo de Kyoto – no qual há um cronograma em que os países são obrigados a reduzir, em 5,2%, a emissão de gases poluentes, mas só recentemente foi reconhecido pelo novo governo dos Estados Unidos.
- D) Protocolo de Copenhague que não foi assinado pelo ex-presidente Bush porque prejudicava a economia norte-americana.
- E) Protocolo da Holanda que apresenta taxas mais elevadas de redução dos gases poluentes na atmosfera e por isso são prejudiciais aos países que formam a União Europeia (UE).

28. A charge, a seguir, tenta ironizar as atuais relações socioeconômicas e geopolíticas prevalentes no mundo. Representação bastante esquemática: países acima e abaixo da linha do Equador. Sobre a representação e baseado em seus conhecimentos, assinale a opção correta.



Winfried Beslich

Fonte: Disponível em <<http://www.geografiaparatodos.com.br/img/humor/>> Acesso em: 21/10/2009.

- A) O processo de globalização é recente, mas contribuiu para que todos os países desenvolvidos se concentrassem acima da linha do Equador e os países pobres no Hemisfério Sul.
- B) O processo de globalização econômico-financeira ocorre de forma assimétrica, pois o chamado conflito “Norte” x “Sul” é de natureza essencialmente econômica e a fronteira entre os dois mundos não é, obviamente, a linha equatorial dividindo países ricos dos pobres.
- C) Considerando os países ricos (do Norte) em oposição aos do Sul, mantém-se a ordem geopolítica prevalente à queda do Muro de Berlim, ou seja, Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos.
- D) A atual conjuntura internacional representa o triunfo do governo dos países ricos localizados no Hemisfério Norte que mantém a dependência dos povos situados ao Sul do Equador, principalmente no auxílio à fome endêmica.
- E) No atual momento do capitalismo, ou seja, a fase comercial desse sistema, as empresas atuam “sem fronteiras” investindo em mercados dos pobres localizados no Sul.

29. A degradação ambiental provoca deterioração na qualidade de vida das populações, assim como o uso abusivo de recursos naturais, a poluição, a degradação do solo... Tudo isso tem sido apontado como fatores ameaçadores à vida do próprio planeta.

Com base nas suas observações e nos seus conhecimentos sobre o tema, pode-se concluir que:

- A) a ampliação da problemática ambiental tem motivado as grandes empresas multinacionais a buscarem áreas para a preservação ambiental.
- B) a massificação dos problemas ambientais, pela mídia, tem dificultado a expansão das atividades econômicas pelo espaço terrestre.
- C) em virtude do grande número de recursos naturais existentes não é possível resolvê-los de forma integrada, mas isoladamente.
- D) o desequilíbrio ecológico é, atualmente, uma preocupação generalizada de dimensões globais.
- E) com profundas desigualdades socioeconômicas atuais encontradas no mundo, é necessário priorizar o desenvolvimento econômico antes da preservação da natureza.

30. O mapa, a seguir, visualiza as áreas dos domínios morfoclimáticos do Brasil, bem definidos em suas características. Atualmente, todos eles apresentam problemas ambientais provocados pela ação humana.

Assinale a alternativa correta que faz a correspondência correta entre os problemas ambientais e o domínio morfoclimático representado pelo número 5.



- A) Araucária – destruição do pinheiro do Paraná, praticamente desaparecido pelas atividades de exportação da madeira para os EUA, principalmente, além do uso pelas indústrias da construção civil e de papel e celulose.
- B) Amazônia – destruição das florestas tropicais, paisagem constituída por maciços antigos, para o uso da pecuária intensiva e extração da madeira, de forma legalizada e certificada, para exportação.
- C) Cerrado – a exploração de madeira é feita de forma acentuada para que haja o aproveitamento das jazidas de petróleo, acelerando o empobrecimento dos solos.
- D) Mata Atlântica – compactação e impermeabilização do solo decorrente da agricultura mecanizada e isto se agravará com a transposição das águas do Rio São Francisco.
- E) Amazônia – contaminação do solo por atividade de garimpo e mineração, exploração indiscriminada de madeira, além do processo erosivo pela derrubada da floresta.

LEGISLAÇÃO BÁSICA

31. A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário com vistas ao desenvolvimento da região, sendo correto afirmar sobre o tema que:

- A) coube ao Poder Legislativo demarcar a área na qual se instalou a Zona Franca de Manaus.
- B) a exportação de mercadorias da Zona Franca para o estrangeiro, independentemente de sua origem, está isenta do imposto de exportação.
- C) os produtos fabricados na Zona Franca, destinados ao mercado nacional, estão isentos do pagamento das contribuições sociais.
- D) estão isentas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias todas as mercadorias produzidas na Zona Franca, quer se destinem ao consumo interno ou não.
- E) as mercadorias de origem nacional destinadas à Zona Franca, com a finalidade de serem reexportadas para outros pontos do território nacional, também se beneficiam da política de isenção fiscal.

32. A administração das instalações e serviços da Zona Franca será exercida pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Sobre a referida entidade, assinale a única alternativa correta.

- A) É constituída sob a forma de empresa pública, admitindo a participação do capital privado.
- B) Não possui autonomia financeira, dependendo do repasse de recursos do Poder Executivo Federal para seu funcionamento.
- C) Elaborar e revisar o Plano Diretor Plurianual da Zona Franca de Manaus estão dentre as atribuições da SUFRAMA.
- D) É formada por um Conselho Técnico e um Conselho de Administração, e dirigida por um Superintendente.
- E) Compete a Conselho Técnico elaborar o Regimento Interno da Entidade.

33. Com relação à disciplina normativa referente aos recursos e regime financeiro e contábil da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), prevista no Decreto-Lei nº 288/1967, é correto afirmar que:

- A) não se constituem recursos da SUFRAMA as rendas provenientes de serviços prestados.
- B) dependem de prévio registro no Tribunal de Contas da União as dotações orçamentárias e os créditos adicionais destinados à SUFRAMA.
- C) as operações em moeda estrangeira independem de autorização do Chefe do Poder Executivo.
- D) é possível à SUFRAMA contrair empréstimo no país ou exterior para acelerar ou garantir a execução de programas ou projetos integrantes do Plano Diretor da Zona Franca.
- E) é vedada a cobrança de emolumentos por serviços prestados ao particular.

34. Sobre as disposições gerais relativas à Zona Franca de Manaus, assinale a alternativa correta.

- A) A saída de mercadorias da Zona Franca sem a autorização legal, expedida pelas autoridades competentes, é considerada contrabando.
- B) É vedada a instalação de depósitos e agências aduaneiras de outros países na Zona Franca de Manaus.
- C) Pode a SUFRAMA realizar despesas de pronto pagamento até 100 (cem) vezes o valor do salário mínimo vigente no país.
- D) São penhoráveis os bens e rendas da SUFRAMA.
- E) Pode a SUFRAMA alienar bens móveis e imóveis integrantes do seu patrimônio, independentemente de autorização, tendo em vista a autonomia administrativa da entidade.

35. No que se refere a constituição e funcionamento de agências de fomento, disciplinados na Resolução do Banco Central nº 2.828/2001, é correto afirmar que:

- A) as Agências de Fomento devem ser constituídas sob a forma de sociedade de economia mista.
- B) o controle acionário das Agências de Fomento pertence sempre à União.
- C) somente é autorizada a criação de uma Agência de Fomento por Unidade da Federação.
- D) as Agências de Fomento não se subordinam às condições e limites operacionais relativos às instituições financeiras.
- E) é vedada a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro pelas agências de fomento.

36. De acordo com a Resolução nº 3.380/2006 do Banco Central do Brasil (BACEN), que dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional, pode-se afirmar que:

- A) as fraudes internas e demandas trabalhistas não são consideradas eventos de risco operacional.
- B) o risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.
- C) a disciplina normativa prevista na Resolução nº 3.380/2006 é também aplicável às instituições financeiras que independem de autorização do Banco Central para funcionar.
- D) a inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição não se incluem dentre os eventos de risco operacional.
- E) nas instituições financeiras, a atividade de gerenciamento do risco operacional pode ser executada por qualquer órgão de sua estrutura, sendo vedada a criação de unidade específica para essa finalidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

37. A Resolução nº 2.554/1998 do Banco Central do Brasil (BACEN) dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controle interno, voltados para as atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, sendo correto afirmar sobre o tema que:

- A) a implantação de uma estrutura de controle interno é de responsabilidade do Conselho Superior do Banco Central.
- B) os controles internos são elaborados a partir de estrutura complexa, inviabilizando a possibilidade de revisão e atualização periódica.
- C) a atividade de auditoria interna deve fazer parte do sistema de controles internos.
- D) as disposições relativas aos controles internos somente são acessíveis aos órgãos de gestão da instituição.
- E) é vedado o exercício da atividade de auditoria interna por auditor independente.

38. A Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, prorrogou a cobrança da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira até:

- A) 01 de janeiro de 2008.
- B) 30 de dezembro de 2008.
- C) 01 de janeiro de 2007.
- D) 31 de dezembro de 2007.
- E) 01 de janeiro de 2009.

39. Sobre a área onde está situada a Zona Franca de Manaus, de acordo com o Decreto-Lei nº 288/1967, pode-se afirmar que:

- A) está demarcada à margem direita do rio Amazonas.
- B) não poderá haver alteração nos limites da área originalmente estabelecida.
- C) considera-se incluída na Zona Franca somente a região central da cidade de Manaus.
- D) está demarcada à margem esquerda do rio Negro.
- E) está demarcada em área não contígua, situada à margem esquerda do rio Amazonas.

40. Dentre as mercadorias incluídas na política de isenção fiscal, estabelecida no Decreto-Lei nº 288/1967 estão:

- A) as armas e munições.
- B) as bebidas alcoólicas e o fumo, se destinados ao consumo interno na Zona Franca.
- C) os produtos de perfumaria destinados ao consumo interno na Zona Franca.
- D) os automóveis de passageiros, quando destinados ao consumo interno na Zona Franca.
- E) os preparados e preparações cosméticas, quando produzidos com a utilização de matérias-primas provenientes do exterior.

41. O Decreto-Lei nº 4.657/1942, também conhecido como Lei de Introdução ao Código Civil, versa sobre normas e princípios que ultrapassam o âmbito do Direito Civil, sendo aplicáveis a todos os ramos do direito. A respeito das disposições contidas no Decreto-Lei, assinale a alternativa correta.

- A) Salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o país na data em que é oficialmente publicada.
- B) As correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova.
- C) Mesmo quando se destine à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- D) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- E) O ordenamento jurídico civil aceita de forma irrestrita a alegação de desconhecimento da lei com o fim de descumprimento desta.

42. Os artigos 3º e 4º do Código Civil Brasileiro trazem o rol das pessoas consideradas absoluta e relativamente incapazes para a prática dos atos da vida civil. Com base nessas disposições legais, pode-se afirmar que:

- A) são absolutamente incapazes os ébrios habituais que, por força do vício, tenham o discernimento reduzido.
- B) os excepcionais, sem o desenvolvimento mental completo, são considerados absolutamente incapazes para os atos da vida civil.
- C) os pródigos não estão mais previstos como pessoas relativamente incapazes no Código Civil de 2002.
- D) aquele que, por enfermidade mental, não tiver o necessário discernimento para a prática de atos da vida civil, é considerado relativamente incapaz.
- E) são absolutamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir a sua vontade.

43. Considerando-se a disciplina legal acerca dos Bens, assinale a assertiva que se encontra de acordo com o Código Civil Brasileiro.

- A) Considera-se bem móvel, para efeitos legais, o direito à sucessão aberta, podendo ser objeto de negócio jurídico.
- B) Os bens móveis destinados à alienação são considerados bens consumíveis pela lei.
- C) Os bens naturalmente divisíveis não podem se tornar indivisíveis por determinação da vontade das partes, apenas através de comando legal.
- D) Perdem o caráter de bem imóvel os materiais separados de um prédio transitoriamente, para nele serem reempregados.
- E) Consideram-se bens imóveis, para efeitos legais, as energias que tenham valor econômico.

44. O Código Civil de 2002 trouxe vasta regulamentação do instituto da prescrição. A respeito do tema citado, é correto afirmar que:

- A) a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor, ainda que este se trate de pessoa absolutamente incapaz.
- B) não correm os prazos prescricionais pendendo condição resolutiva.
- C) a interrupção da prescrição, que só poderá ocorrer uma vez, dar-se-á, dentre outras causas, por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- D) a prescrição não pode ser interrompida por qualquer interessado, mas tão somente pelo principal credor.
- E) não corre a prescrição entre os cônjuges, nem entre os separados judicialmente e os divorciados.

45. A Lei nº 6.404/1976 dispõe sobre as sociedades por ações, representando o principal regulamento jurídico de tal espécie societária. Com fulcro no conteúdo da mencionada legislação, marque a alternativa ERRADA:

- A) nas sociedades por ações, a responsabilidade dos sócios ou acionistas é limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.
- B) pode ser objeto da companhia qualquer empresa de fim lucrativo, não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes.
- C) a companhia aberta é aquela que se caracteriza por ter os valores mobiliários de sua emissão admitidos à negociação no mercado mobiliário.
- D) é obrigatória a emissão de ações por preço inferior ao seu valor nominal.
- E) a companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades.

46. Acerca das sociedades não personificadas previstas no Código Civil Brasileiro, é correto afirmar que:

- A) na sociedade em comum, os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, poderão provar a existência da sociedade por qualquer modo admitido em direito.
- B) na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua exclusiva responsabilidade.
- C) nas sociedades em comum, os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual somente a própria sociedade é a titular.
- D) os sócios da sociedade em comum respondem limitada e subsidiariamente pelas obrigações sociais.
- E) as sociedades em conta de participação, caso sejam inscritas no registro próprio, adquirem personalidade jurídica.

47. O Decreto nº 57.663/1966, também conhecido como Lei Uniforme de Genebra, é lei especial em relação ao Código Civil no que diz respeito à disciplina dos títulos de crédito. Com base nessa legislação, marque a assertiva certa.

- A) O endossante, salvo cláusula em contrário, é garante tanto da aceitação como do pagamento da letra de câmbio.
- B) O endossante não pode proibir um novo endosso e, caso o faça, ainda assim garantirá o pagamento às pessoas a quem a letra for posteriormente endossada.
- C) As pessoas acionadas em virtude de uma letra podem, em regra, opor ao portador exceções fundadas nas relações pessoais delas com o sacador do título.
- D) O sacador jamais poderá exonerar-se da garantia da aceitação do título.
- E) O endosso pode ser gravado com condição ou encargo.

48. É correto afirmar que será observado o procedimento sumário, de acordo com o artigo 275 do Código de Processo Civil:

- A) nas ações de investigação de paternidade cumulada com alimentos, em que o valor do pedido não ultrapasse sessenta vezes o salário mínimo.
- B) nas causas relativas ao estado das pessoas, desde que o valor não exceda sessenta vezes o salário mínimo vigente.
- C) nas causas, qualquer que seja o valor, de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico.
- D) em toda e qualquer ação possessória.
- E) nas ações de reparação de danos morais e materiais, qualquer que seja o valor.

49. Acerca das possíveis respostas a serem apresentadas pelo réu no procedimento comum ordinário, pode-se afirmar que:

- A) o prazo para oferecimento da contestação é de 15 (quinze) dias, diferentemente do prazo da reconvenção, que é de 10 (dez) dias.
- B) o réu pode reconvir ao autor no mesmo processo, somente na hipótese de a reconvenção ser conexa com o fundamento da defesa apresentada.
- C) depois da contestação, é lícito ao réu deduzir novas alegações quando, dentre outras hipóteses, competir ao Juiz conhecê-las de ofício.
- D) a revelia induz o seu efeito material mesmo quando, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar o pedido.
- E) contra o revel que não tenha patrono nos autos os prazos só correrão a partir de sua intimação pessoal.

50. É hipótese de cabimento de ação rescisória:

- A) a sentença de mérito, com trânsito em julgado, proferida por juiz relativamente incompetente.
- B) a sentença com trânsito em julgado que extinguiu o processo por falta de interesse processual.
- C) a sentença de mérito que revogou a antecipação de tutela inicialmente deferida.
- D) a sentença de mérito com trânsito em julgado que violar literal disposição de lei.
- E) a sentença proferida por juiz suspeito.

51. Denomina-se coisa julgada material a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença não mais sujeita a recurso ordinário e extraordinário. Com base no instituto mencionado, é correto afirmar que:

- A) não fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- B) a questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo, faz coisa julgada material.
- C) a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, impede a propositura de nova ação.
- D) é permitido às partes discutir, no curso do processo, as questões já decididas, não havendo que se falar mais em preclusão no procedimento ordinário.
- E) a sentença faz coisa julgada entre as partes entre as quais é dada, além de atingir terceiros que de qualquer modo se relacionem com os fatos postos em juízo.

54. De acordo com o Artigo 37, parágrafo 6º da Constituição Federal, o Poder Público responde pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. A respeito da matéria, é correto afirmar que:

- A) é causa de total exclusão da responsabilidade do Poder Público a culpa concorrente da vítima.
- B) o dispositivo constitucional adotou a responsabilidade objetiva pelo risco integral, não admitindo causas de exclusão da responsabilidade civil do Estado.
- C) as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público igualmente respondem na forma do Artigo 37, parágrafo 6º da Constituição da República pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- D) ao Poder Público é vedado agir em regresso em face do agente causador do dano.
- E) o rompimento do nexo de causalidade não é causa excludente da responsabilidade estatal.

52. Os princípios administrativos são os postulados fundamentais que inspiram todo o modo de agir da Administração Pública, estando alguns deles expressos na Constituição Federal, enquanto outros são considerados implícitos, por decorrerem do sistema normativo existente. A respeito do tema, assinale a alternativa correta.

- A) Os princípios da moralidade e da impessoalidade não estão previstos expressamente na Constituição da República, tratando-se de princípios implícitos.
- B) De acordo com o princípio da legalidade administrativa, a Administração Pública está autorizada a fazer tudo o que a lei não proibir.
- C) A supremacia do interesse público é princípio reconhecido, apesar de não expressamente previsto na Constituição da República.
- D) A indisponibilidade dos bens e interesses públicos não representa um princípio da Administração Pública.
- E) O princípio da razoabilidade ainda não é aceito no Direito Brasileiro como norteador da atividade administrativa.

55. Acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República, assinale a alternativa que NÃO está de acordo com o texto constitucional.

- A) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- B) A prática do crime de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- C) Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- D) A lei só poderá restringir a publicidade de atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- E) A casa é asilo inviolável, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro ou, durante o dia ou à noite, por determinação judicial.

53. Ao editar as leis, nem sempre o Poder Legislativo possibilita que sejam elas executadas, hipótese em que tais atos normativos serão complementados através do exercício do Poder Regulamentar pela Administração Pública. Acerca desse poder administrativo, pode-se afirmar que:

- A) insere-se no poder regulamentar a prerrogativa de criação, pelo Poder Executivo, de direitos e deveres não previstos na lei regulamentada.
- B) se trata de prerrogativa conferida à Administração Pública de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação.
- C) o Poder Regulamentar é de natureza primária e originária, não dependendo de lei preexistente para o seu exercício.
- D) a expedição de atos regulamentares não obedece a qualquer regra de competência constitucional.
- E) o Poder Regulamentar poderá ser *contra legem* ou *secundum legem*.

56. O Capítulo IV da Carta da República traz normas acerca dos Direitos Políticos. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos e facultativos para os analfabetos e os maiores de setenta anos.
- B) é condição de elegibilidade para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente da República, Senador e Deputado Federal a idade mínima de trinta e cinco anos.
- C) são inelegíveis os inalistáveis, os analfabetos e os menores de vinte e um anos.
- D) É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão se dará, dentre outras hipóteses, no caso de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- E) Não é causa de perda ou suspensão dos direitos políticos a incapacidade civil absoluta.

57. O Artigo 12 da Constituição da República regulamenta as questões referentes à nacionalidade. Com base em tais regras constitucionais, assinale a alternativa correta.

- A) O cargo de Presidente do Senado Federal é privativo de brasileiro nato.
- B) Não há qualquer distinção entre brasileiros natos e naturalizados na Constituição Federal.
- C) Pode ser exercido por brasileiro naturalizado o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- D) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra por reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
- E) São brasileiros natos os nascidos no Brasil, filhos de pais estrangeiros, ainda que estes estejam a serviço de seu país.

58. No que diz respeito ao contrato individual do trabalho, marque a alternativa que está de acordo com as normas sobre os institutos da alteração, suspensão e interrupção do mencionado contrato.

- A) Ao empregador é permitido transferir o empregado, sem a sua anuência, sempre que se fizer necessário, não tendo o empregado direito a qualquer compensação financeira nesse caso.
- B) Ao empregado, afastado do emprego, são asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa.
- C) A suspensão do empregado por mais de quinze dias consecutivos importa na rescisão automática e injusta do contrato de trabalho.
- D) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário até 20 (vinte) dias consecutivos em caso de falecimento de ascendente.
- E) É lícita a alteração unilateral de todas as condições do contrato individual de trabalho pelo empregador.

59. Acerca das nulidades no processo do trabalho, é correto afirmar que:

- A) nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- B) a nulidade será pronunciada ainda que seja possível repetir-se o ato.
- C) a declaração de nulidade do ato prejudicará tanto os atos posteriores como os atos anteriores ao viciado.
- D) a nulidade será pronunciada ainda que arguida por quem lhe tiver dado causa.
- E) a nulidade por incompetência de foro não poderá ser declarada de ofício pelo Juiz.

60. Em relação à Teoria das Provas no direito processual do trabalho, pode-se afirmar que:

- A) as testemunhas poderão sofrer desconto pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor, ainda que devidamente arroladas ou convocadas.
- B) no direito do trabalho, a prova das alegações incumbe sempre ao empregador reclamado, havendo uma inversão legal e absoluta do ônus da prova.
- C) toda testemunha prestará o compromisso de dizer a verdade, inclusive o amigo íntimo ou o inimigo, valendo o seu depoimento como testemunho.
- D) o juiz providenciará para que o depoimento de uma testemunha não seja ouvido pelas demais que tenham que depor no processo.
- E) as testemunhas não poderão comparecer à audiência sem notificação ou intimação.